

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o presente relatório das atividades realizadas em 2011, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB, empresa da administração indireta do Estado de São Paulo, sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detêm 99,9987% do capital social, integrante do SEAQUA – Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção e Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, tem como missão “Promover a Melhoria e Garantir a Qualidade do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, visando ao desenvolvimento social e econômico sustentável”.

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542/09, além de alterar a denominação da CETESB, ampliou suas atribuições especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, à avaliação de impactos ambientais, à aplicação do zoneamento industrial metropolitano e à aplicação da legislação de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Para atender às suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro de 2.078 profissionais, sendo 1.269 profissionais de nível universitário/gerencial, 729 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 80 profissionais de nível operacional. Está organizada em 6 Diretorias, dentre elas, 1 Vice-Presidência e 1 Presidência, 51 Agências Ambientais distribuídas no território do estado de São Paulo e Setor Poupatempo.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações financeiras não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo.

Sua atuação é que permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando os recursos naturais e a saúde pública e contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades

certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

No entanto, os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria dos indicadores da saúde pública e pela redução dos índices de absenteísmo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2011

A atuação da CETESB, no ano de 2011, mais uma vez consolida a vocação que tem norteado sua atuação ao longo de sua existência: uma organização centrada na defesa da saúde pública e na proteção do meio ambiente, dotada de um corpo técnico e de instrumentos administrativos e tecnológicos capazes de prevenir e de controlar os problemas decorrentes da poluição ambiental e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do estado de São Paulo.

Durante o ano de 2011, a CETESB, em conjunto com a SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, elaborou o Plano Plurianual – PPA para o período de 2012-2015, visando atender às principais atribuições da Companhia, à missão institucional e estratégica e tendo na sua composição um Programa e seis Ações. O programa intitulado Gestão e Controle da Qualidade Ambiental tem como objetivo avaliar a qualidade ambiental no estado de São Paulo mediante a realização do monitoramento de água, ar e solo para a vigilância da saúde ambiental e recursos naturais; mediante também a realização do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais; da autorização para supressão de vegetação e intervenções em áreas de preservação permanente; da melhoria da eficácia e da eficiência dos processos de licenciamento com impacto ambiental; e da administração dos recursos financeiros.

Algumas das atividades elencadas no PPA 2012-2015 vêm sendo desenvolvidas na Companhia e integram o PPA 2008-2011 cujos resultados no ano de 2011 estão demonstrados a seguir.

O PPA 2008-2011 contemplou cinco linhas de ação, que organizou a apresentação deste relatório: **a inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente; o licenciamento ambiental; o atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental; a avaliação da qualidade ambiental; e o suporte técnico e administrativo às atividades da companhia.**

Cada uma dessas linhas de atuação, nas suas principais atividades, passa a ser relatada a seguir.

1. Inspeção em Fontes Poluidoras do Meio Ambiente

Em 2011, foram realizadas 46.737 inspeções técnicas em fontes fixas de poluição. Em decorrência dessa ação, foram lavrados 8.249 autos de advertência e aplicadas 2.979 multas.

Em relação especificamente aos postos de combustíveis, a CETESB procedeu à convocação de cerca de 8.500 estabelecimentos visando ao seu licenciamento ambiental, conforme previsto pela Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - nº 273/2000. Em 2011, foi dada continuidade às ações que

objetivavam a regularização dos postos de combustíveis ainda inadimplentes. Foram regularizados 701, existindo hoje 5.857 licenciados dos 6.754 postos ativos. No controle das fontes móveis de poluição do ar, foram lavradas 13.251 multas por emissão de fumaça preta acima do padrão legal. No desenvolvimento de sua atividade de agente técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, para o gerenciamento conjunto dos principais programas de controle da poluição veicular no país, foram emitidos 517 pareceres técnicos.

2. Licenciamento Ambiental

Em 2011, as ações de licenciamento ambiental de fontes de poluição e de atividades degradadoras de recursos naturais resultaram na emissão de 32.718 licenças, 1.742 autorizações para supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, 4.180 certificados de dispensa de licenciamento e 2.842 pareceres técnicos.

Para o aprimoramento do processo de licenciamento, foi implantado o Sistema de Licenciamento Simplificado – SILIS, sistema informatizado via internet, calcado na certificação digital, por meio do qual os empreendimentos de baixo potencial poluidor realizam o seu licenciamento ambiental utilizando o meio eletrônico remoto, dispensando o deslocamento dos interessados até uma Agência Ambiental. No decorrer de 2011, esse sistema recebeu 5.310 solicitações e foram emitidas 4.623 licenças. Ainda neste mesmo ano, foi iniciado o processo de integração como o Sistema Integrado de Licenciamento – SIL, para o qual foram emitidas 15.014 manifestações com adesão de 16 municípios. Vale esclarecer que esse sistema utiliza uma base de dados gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, sendo as solicitações feitas via internet e deve agilizar o processo de licenciamento dos empreendimentos de baixo impacto ambiental.

Dentre as ferramentas de gestão ambiental, uma das mais efetivas é o licenciamento ambiental com base em Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), conforme determina a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. O licenciamento de atividades degradadoras dependentes da elaboração de AIA é importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997 e na Resolução SMA nº 54/2004, e trata de projetos de grande importância socioeconômica, como, por exemplo, ampliação do sistema metroviário, Rodoanel, unidades prisionais, tratamento e disposição de resíduos sólidos, linhas de transmissão, unidades industriais automobilísticas, entre outros. Neste ano, foram emitidas 124 licenças prévias, 84 licenças de instalação e 53 licenças de operação desses tipos de empreendimentos.

3. Atendimento às Demandas Públicas Relativas à Qualidade Ambiental

Uma das principais atividades desenvolvidas pela CETESB é o atendimento a demandas da comunidade relativas à qualidade ambiental. Dentre essas demandas destacam-se as discriminadas a seguir.

a) Atendimento às reclamações

Foram atendidas 16.047 reclamações relativas a fontes de poluição e 12.903 reclamações relativas à emissão de fumaça preta, sendo fornecidas informações quanto às questões ambientais e providenciados os encaminhamentos necessários.

b) Atendimento ao Ministério Público

Foram atendidas 8.508 solicitações do Ministério Público relativas à área de atuação da CETESB. O custo direto desse atendimento, em 2011 foi estimado em R\$ 5,5 milhões.

c) Atendimento às emergências químicas

A CETESB atende ocorrências envolvendo transportes rodoviário, ferroviário e marítimo, indústrias, postos e sistemas retalhistas de combustíveis entre outras fontes. Muitas vezes, os atendimentos são realizados em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, a Polícia Rodoviária, o Setor de Saúde e a Capitania dos Portos, entre outras instituições. A CETESB dispõe de viaturas dotadas de equipamentos de proteção individual, *kit* para contenção de pequenos vazamentos, aparelhos para detecção de gases, vapores tóxicos e inflamáveis entre outros recursos. Em 2011, atendeu a 407 ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.

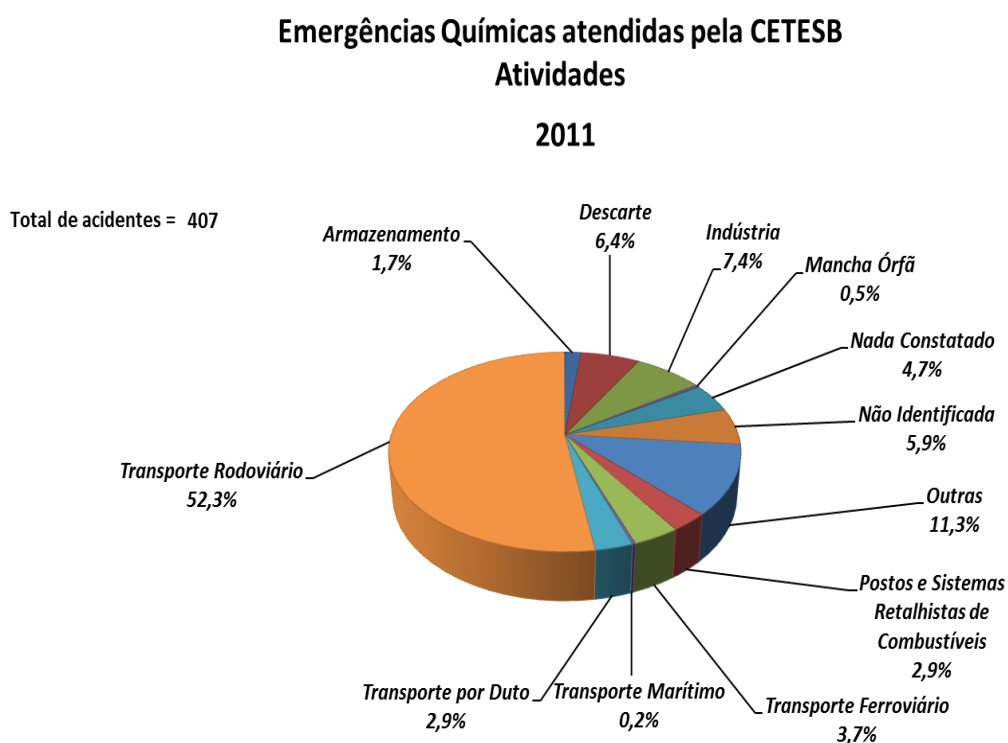


Gráfico 1 - Emergências químicas atendidas pela CETESB no ano de 2011.

d) Ações articuladas com municípios

Durante o ano de 2011, várias ações foram desenvolvidas para o compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambiental com os municípios,

envolvendo treinamentos para capacitar os técnicos das prefeituras. O objetivo é o de aumentar o número de municípios paulistas envolvidos com a gestão e o licenciamento das fontes de poluição, atividades geradoras de impacto ambiental local e supressão de vegetação.

Em dezembro de 2011, 55 municípios tinham firmado convênios de Cooperação Institucional nas Áreas de Fiscalização e Licenciamento Ambiental. Desse total, 30 municípios emitiram licenças ambientais, 17 municípios se encontravam em fase de organização para iniciar os trabalhos de licenciamento e oito municípios ainda permaneciam suspensos por liminar do Ministério Público.

Em 2011, foram treinados 227 técnicos das Prefeituras interessadas na gestão ambiental descentralizada.

e) Ações articuladas com outras instituições

Com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Estado, por meio do fortalecimento técnico e institucional dos Municípios e outras instituições, a CETESB desenvolve uma série de atividades destinadas ao apoio técnico para elaboração de projetos no âmbito das questões ambientais, destacando-se as atividades para a disseminação de conceitos e a promoção da adoção de medidas de produção mais limpa (P2/P+L), e o suporte às ações dos programas estaduais PROCLIMA - Programa Estadual de Mudanças Climáticas e PROZONESP - Programa Estadual de Prevenção à Destruição da Camada de Ozônio.

A CETESB também mantém convênios com o Banco Mundial, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo Britânico para a realização de estudos e serviços relacionados à emissão de gases de efeito estufa, como a elaboração do relatório de referência das emissões nacionais de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes dos anos de 1990 a 2005, a coordenação de uma rede nacional de inventário de gases de efeito estufa, a elaboração de um cenário nacional das emissões de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes para o ano de 2030, o fomento ao uso energético do biogás, o fomento aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a elaboração do inventário das fontes e sumidouros de gases de efeito estufa de todas as atividades da economia do estado de São Paulo e o apoio ao Governo Federal para a implementação das medidas de banimento das substâncias que destroem a camada de ozônio.

Na condição de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a CETESB analisou, aprovou, gerenciou e acompanhou a implantação de projetos relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, a disposição de resíduos sólidos domésticos, a qualidade de águas, solo e vegetação, bem como de conservação ambiental. As atividades de análise de projetos visando à contratação de financiamento resultaram na aprovação de cerca de R\$ 22 milhões, e o acompanhamento do desenvolvimento dos empreendimentos permitiu a liberação de recursos na ordem de R\$ 20 milhões.

Como Agente Técnico e Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP executou em 2011 os procedimentos administrativos para novos financiamentos não reembolsáveis, no valor aproximado de R\$ 15 milhões para 99 municípios do estado de São Paulo.

O FECOP também apoia o Projeto Capacitação Técnica para a CETESB/SMA, tendo proporcionado 113 treinamentos nacionais e nove internacionais, a vinda

de um consultor nacional e cinco internacionais, 14 representações institucionais e o apoio à realização de três seminários.

Por meio das Câmaras Ambientais (CA), colegiados de caráter consultivo da SMA constituídos no âmbito da CETESB, tem-se buscado promover a melhoria da qualidade ambiental pela permanente interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do estado de São Paulo. Atualmente são 16 Câmaras Ambientais em atividade. Em 2011, a CETESB aprovou a revisão e a atualização do Regimento Interno das Câmaras Ambientais do Estado de São Paulo, buscando aprimorar o funcionamento delas e ampliar a participação da sociedade paulista na elaboração das políticas ambientais setoriais do estado. Nas alterações podem ser destacados: adoção de mecanismo de “Consultas Públicas” como etapa do processo de aprovação dos documentos propostos pelas Câmaras Ambientais à CETESB/SMA; ampliação das oportunidades de participação dos membros das Câmaras Ambientais nos mandatos de Presidente e de Secretário Executivo, alterando as regras para reeleição e o número de representantes da SMA/CETESB; criação do posto de Suplente de Secretário Executivo; regulamentação dos procedimentos para criação e desativação de Grupos de Trabalho; regulamentação dos procedimentos para criação e extinção de Câmara Ambiental e renovação do quadro de membros efetivos, presidente, secretário executivo e suplente. Como resultados da atuação das Câmaras têm: a eleição do novo presidente da CA de Indústria da Construção e a inauguração da página da Consulta Pública com o trabalho “Proposta de Diretrizes para o gerenciamento de resíduos contendo amianto” da CA da Indústria de Produtos de Minerais não Metálicos. Ainda neste ano, o evento “Saneamento e Produção mais Limpa” foi uma importante realização da CA do Setor de Saneamento.

f) Transferência de conhecimento/tecnologia ambiental

Em 2011, foram capacitados 1.751 profissionais externos, incluindo 223 de outros estados brasileiros e três de outros países.

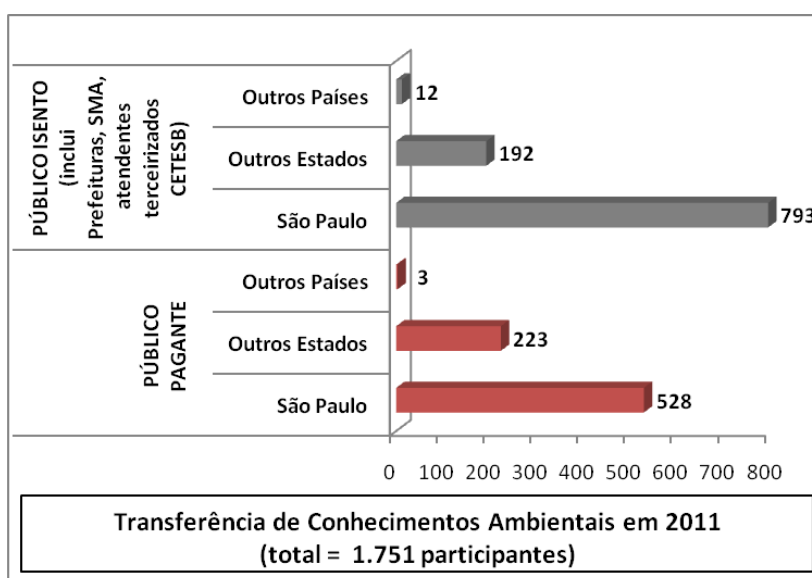


Gráfico 2 - Transferência de conhecimentos ambientais.

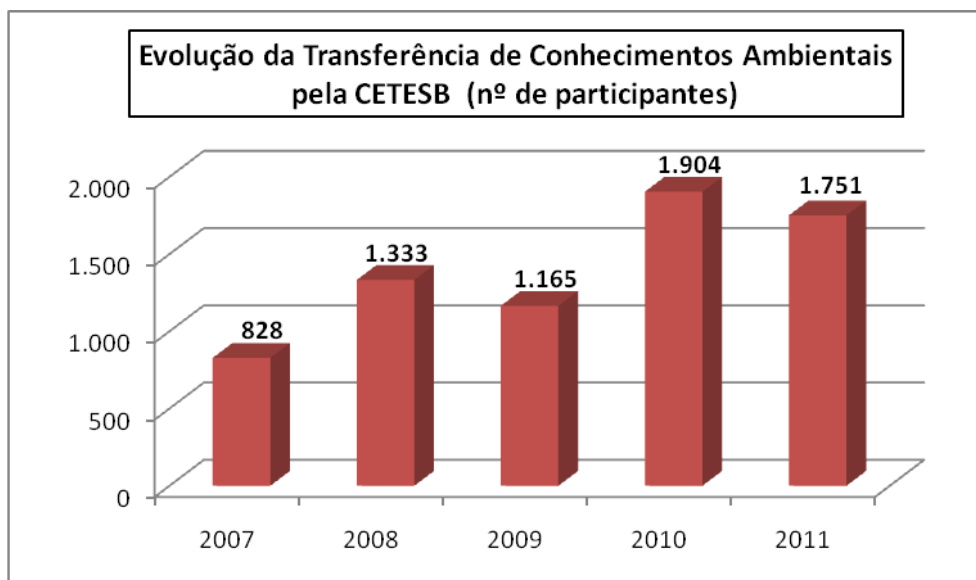


Gráfico 3 - Evolução da transferência de conhecimento ambiental.

4. Avaliação da Qualidade Ambiental

a) Análises Ambientais

Os laboratórios da CETESB realizaram em 2011 cerca 352.455 análises físico-químicas, hidrobiológicas, microbiológicas, parasitológicas, ecotoxicológicas e toxicológicas nas mais diversas matrizes ambientais e 21.869 coletas de amostras de água, sedimento, organismos aquáticos e efluentes líquidos, atuando de forma integrada no controle da poluição e no monitoramento da qualidade ambiental. O Gráfico 4 ilustra essa demanda considerando os diferentes grupos de ensaios analíticos. Observando que as nossas regulamentações são fortemente embasadas em padrões para substâncias químicas, podemos examinar que 75% da demanda analítica laboratorial foram relativas a esses ensaios.

Essas análises são em sua maioria instrumentais e, portanto, de realização mais rápida embora exijam equipamentos muitas vezes complexos e de alto custo.

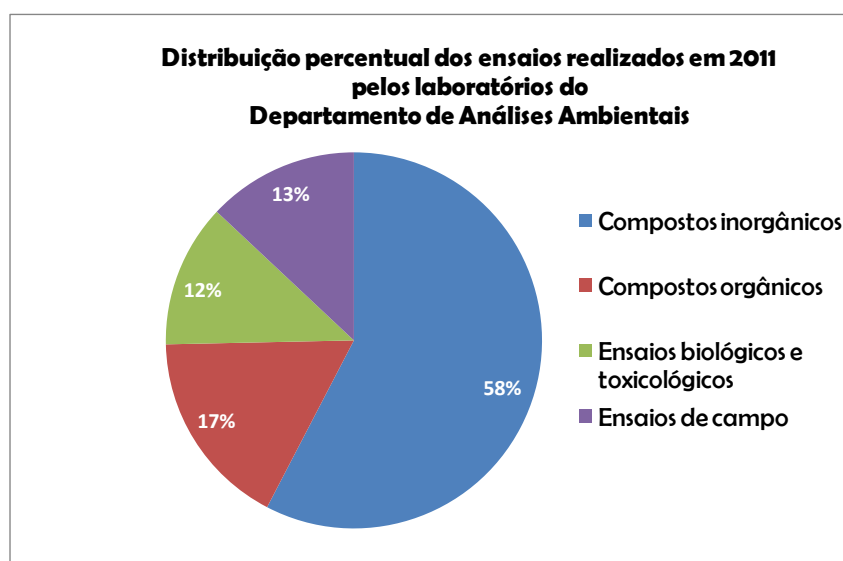


Gráfico 4 - Distribuição percentual dos ensaios realizados em 2011.

As análises biológicas e toxicológicas, que aqui incluem ensaios microbiológicos, hidrobiológicos (comunidades aquáticas e clorofila), ecotoxicológicos, genotóxicos, mutagênicos e determinações químicas em material biológico, são ensaios de alta complexidade e que requerem um tempo muito maior dos técnicos, razão pela qual se apresentam em menor porcentagem. Embora nem todos esses ensaios sejam requeridos em nossas regulamentações ambientais, são instrumentos de suma importância como indicadores de qualidade ambiental e de suporte para tomada de decisão na área de fiscalização e licenciamento. Os ensaios de campo representam também uma demanda analítica significativa e são medidas de maior relevância para interpretação dos resultados laboratoriais.

O Programa de Controle de Qualidade Analítica gerou cerca 85.000 análises laboratoriais e 3.200 ensaios de campo, sendo de extremo interesse para o processo contínuo de acreditação dos ensaios laboratoriais e de campo junto ao INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia pela ISO - International Organization for Standardization/IEC – International Electrotechnical Commission 17025. Em 2011, os laboratórios atingiram a marca de 729 ensaios acreditados demonstrando a preocupação da equipe técnica com a qualidade dos resultados gerados nos laboratórios. A ampliação do escopo de acreditação neste ano incluiu ensaios de ponta como análises de dioxinas e furanos e de enterovírus em amostras ambientais.

É importante destacar a modernização da infraestrutura e do parque de equipamentos de vários Laboratórios da Sede e Descentralizados no presente ano, com consequente ampliação da capacidade de diagnóstico da qualidade ambiental e fiscalização, conferindo ao Estado ferramentas mais eficazes no controle da poluição ambiental.

O fortalecimento das parcerias com Universidades (USP – Universidade de São Paulo, UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas) e Institutos de Pesquisas, nacionais (FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz, IAL – Instituto Adolfo Lutz) e internacionais (EPA - Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em projetos de pesquisa na área ambiental foi também uma marca dos trabalhos do Departamento de Análises Ambientais, buscando sempre o desenvolvimento científico e tecnológico com o objetivo de trabalhar com tecnologias de ponta na área de diagnóstico da qualidade ambiental.

b) Avaliação da qualidade do ar

Importante instrumento de suporte das ações preventivas e corretivas de controle de poluição do ar, que impedem a degradação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar foi executado por meio da operação e manutenção de uma rede de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar com 43 estações fixas, sendo 20 na RMSP- Região Metropolitana de São Paulo, três em Cubatão, uma em Santos, 19 no interior do estado e três estações móveis.

Os gráficos a seguir mostram como a qualidade do ar se comportou ao longo dos últimos 10 anos, até 2010, tendo em vista que o tratamento **dos dados referentes a 2011** ainda não foi concluído. Pela análise do Gráfico 5 pode-se perceber que desde 2006, no entanto, houve uma interrupção na tendência de queda que vinha sendo observada. A tendência de 2011 é manutenção das concentrações observadas em 2010.

MP10 – Evolução das concentrações médias anuais – RMSP

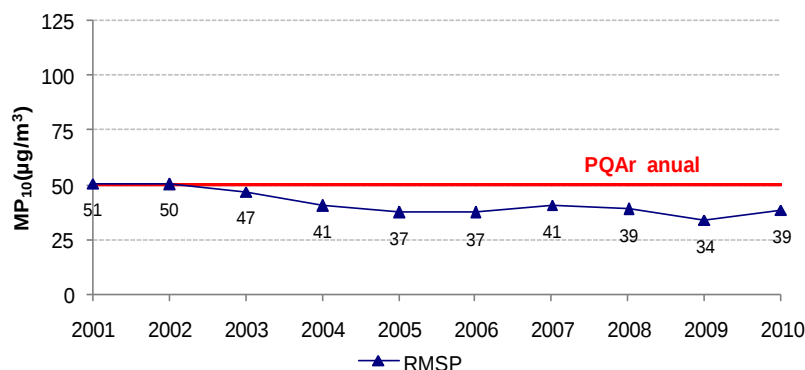


Gráfico 5 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) na RMSP comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

MP10 – Evolução das concentrações médias anuais – Cubatão

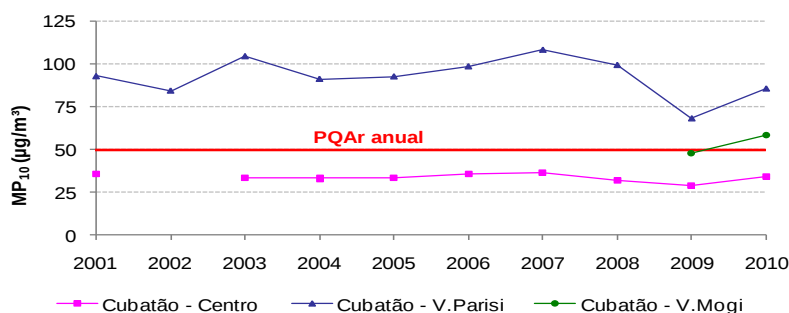


Gráfico 6 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) em Cubatão comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

Na área industrial de Cubatão, as concentrações de material particulado, na estação Vila Parisi, têm se mantido, ao longo dos anos, bem acima do padrão anual, em função principalmente das emissões do polo industrial. Na região central, as concentrações estão abaixo do Padrão de Qualidade do Ar (PQAr) e vêm se mantendo praticamente estáveis.

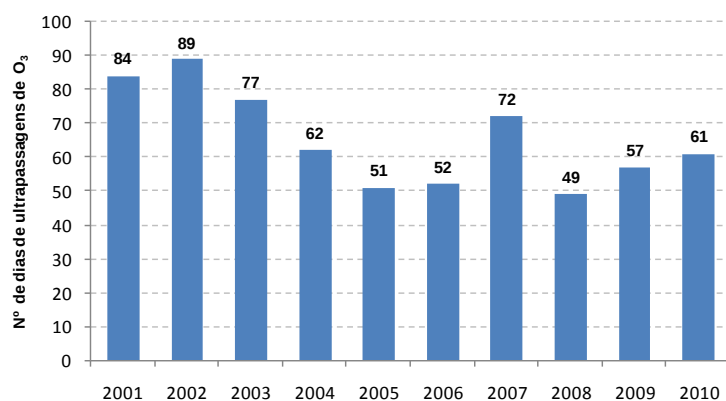


Gráfico 7 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar (PQAr) para o ozônio na RMSP.

De forma simplificada, a RMSPP apresenta um alto potencial de formação de ozônio (O₃), uma vez que há grande emissão de precursores (óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis), principalmente de origem veicular. Como as variações nas emissões são pequenas de ano para ano, a ocorrência de maior ou menor número de episódios em determinados anos reflete sobretudo as variações nas condições meteorológicas. Ou seja, anos em que há mais dias quentes ensolarados, especialmente nos meses de transição entre inverno e verão, podem influenciar de forma decisiva na frequência de ocorrência de episódios.

O₃ – Evolução do número de ultrapassagens do padrão

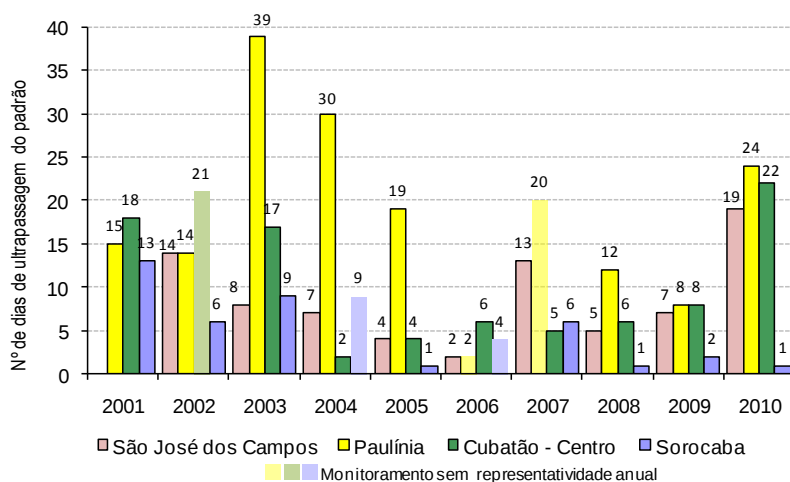


Gráfico 8 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão em São José dos Campos, Paulínia, Cubatão-Centro e Sorocaba.

O Gráfico 8 apresenta a evolução do número de ultrapassagens de ozônio nas estações, com série histórica, localizadas nas diferentes regiões do estado. **Os dados de 2011 ainda não estão disponíveis.** As constatações elencadas são importantes para direcionar e conduzir novas ações de gestão ambiental.

c) Avaliação da qualidade das águas superficiais

Águas interiores (rios, lagos e sedimentos)

A qualidade das águas no estado de São Paulo é influenciada pelas fontes de poluição pontuais tais como os lançamentos de esgotos domésticos e de efluentes industriais, e pelas chuvas, que são responsáveis pelo aporte da carga difusa de origem urbana e agrícola.

A chuva no estado de São Paulo, em 2010, teve um comportamento equivalente à média histórica (Gráfico 9). No entanto, a análise espacial da precipitação, por UGRHI - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, não apresentou uma distribuição uniforme, sendo observado que as UGRHIs mais próximas ao litoral apresentaram índices maiores do que a média histórica e as do interior, índices menores. **As informações do comportamento das chuvas em 2011 ainda não estão disponíveis.**

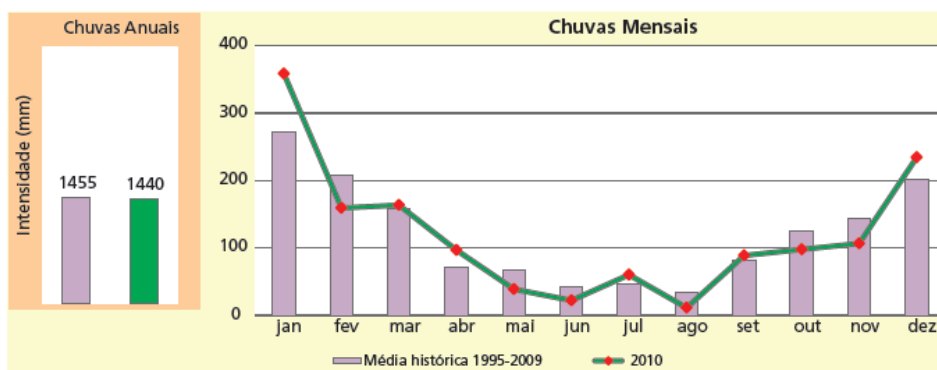


Gráfico 9 - Demonstração da média histórica das chuvas mensais.

Em 2011, houve um aumento do percentual de tratamento dos esgotos domésticos do estado de São Paulo, atingindo o índice global de 55% (Gráfico 10). Em 2012, deve-se manter a tendência de aumento da abrangência do saneamento.

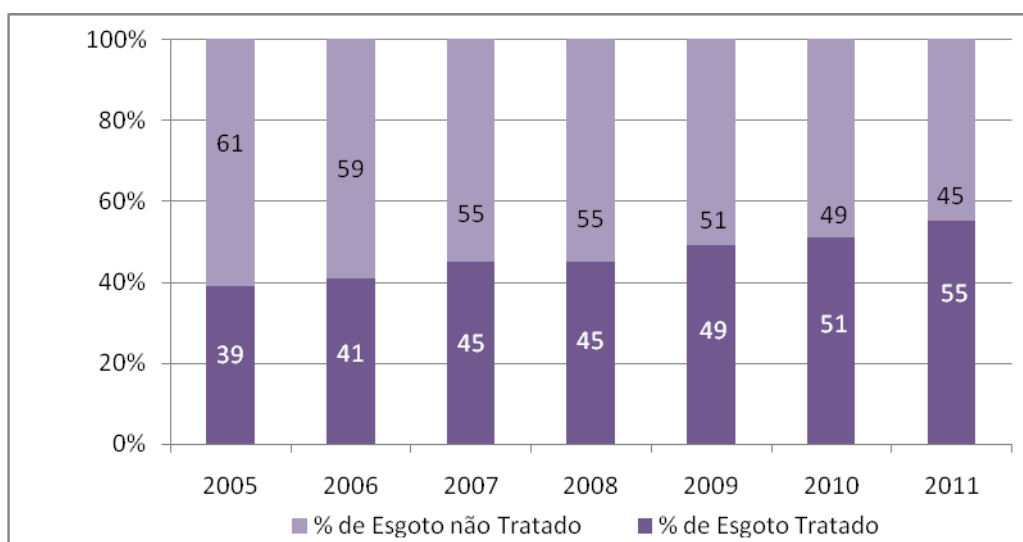


Gráfico 10 - Evolução do percentual de tratamento dos esgotos domésticos no estado de São Paulo.

A variação da qualidade dos corpos hídricos, medida pelo IQA – Índice de Qualidade de Água, nos últimos seis anos, apresentou uma leve melhora, representada pelo aumento da somatória das classificações de ótima, boa e regular de 80 para 85% (Gráfico 11). **Não foi possível calcular os índices de 2011, pois os dados ainda não estão disponíveis**, porém a tendência observada até o momento é de manutenção dos índices atuais.

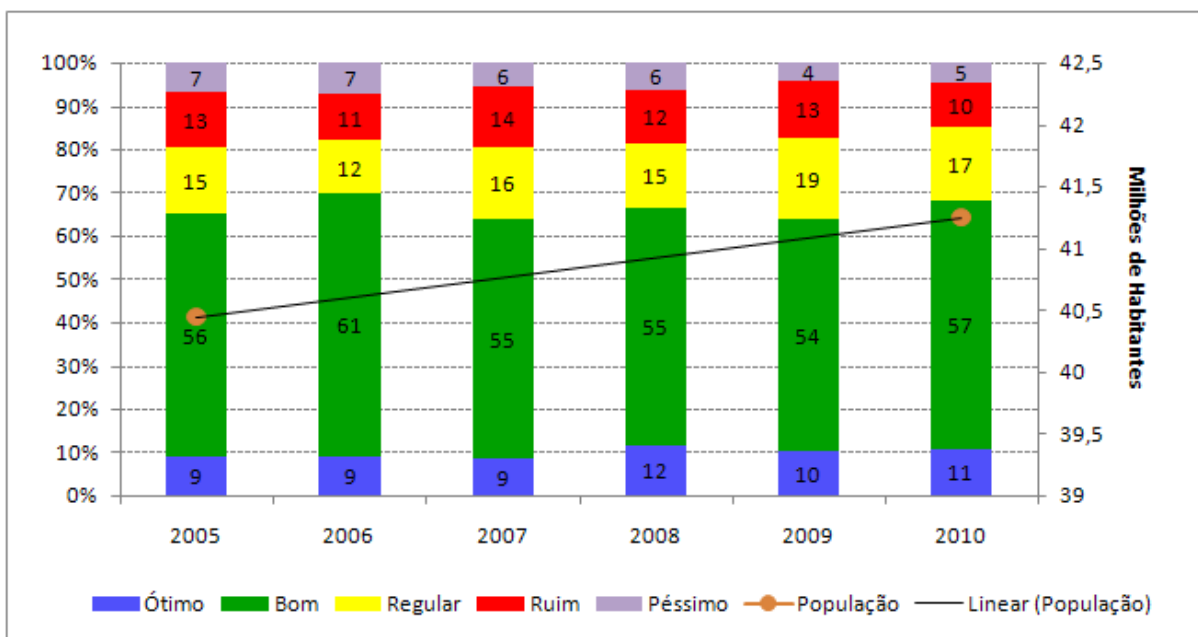


Gráfico 11 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas (IQA) (2005-2010).

Do ponto de vista da proteção da vida aquática, o IVA - Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática e de Comunidades Aquáticas não apresentou uma tendência clara de melhora ou piora, mantendo-se praticamente inalterado ao longo dos últimos seis anos (Gráfico 12).

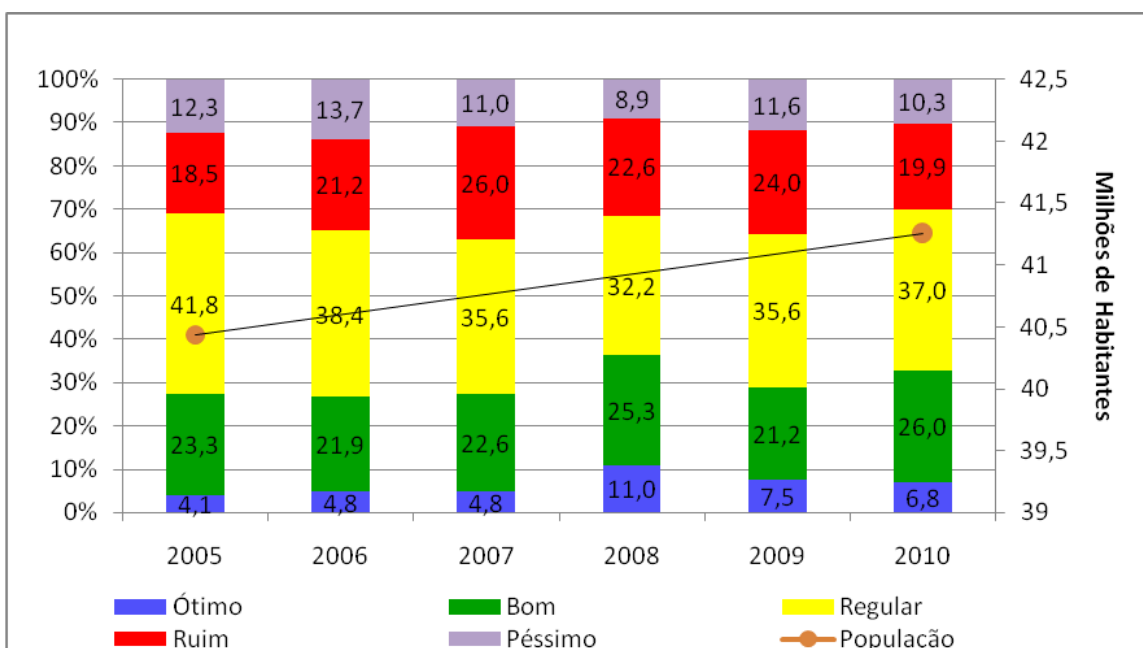


Gráfico 12 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática e de Comunidades Aquáticas (IVA) no estado de São Paulo (2005-2010).

O ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município, que acompanha e avalia a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, evoluiu de um ICTEM médio de 4,5 em dezembro de 2008

para 5,0 no final de 2010 e para 5,49 no final de 2011, ressaltando-se a redução de 106 para 96 no número de municípios sem nenhum sistema de tratamento.

Considerando a distribuição da população do estado em faixas de população verifica-se, no Quadro 1, que os municípios de menor porte cuja população encontra-se abaixo de 50.000 habitantes são os mais carentes em termos de sistema de esgotamento sanitário, incluindo os seus tratamentos.

Faixa de População (1)	Nº Municípios		Nº municípios (2) 0 ≤ ICTEM(3) ≤ 5	
	Total Geral	%	Total	% (total geral)
População ≤ 10.000	316	49,0	49	7,6
10.000 < População ≤ 50.000	212	32,9	76	11,8
50.000 < População ≤ 100.000	44	6,8	22	3,4
100.000 < População ≤ 500.000	64	9,9	31	4,8
500.000 < População ≤ 1 milhão	6	0,9	3	0,5
População > 1 milhão	3	0,5	1	0,1
Total	645	100	182	28,2

(1) IBGE 2010

(2) Programa Ambiental Estratégico Esgoto Tratado

(3) Lopes Neto, J. C., Novaes, A. V., Soares, M. S. "Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município - ICTEM", São Paulo, Cetesb, 2007, 28p.

Quadro 1 - Variação do ICTEM entre 0 e 5 nos municípios do estado de São Paulo por faixa de população.

d) Balneabilidade das praias

A CETESB define as praias a serem monitoradas e seus pontos de amostragem considerando os diversos fatores que influem na sua balneabilidade. Esses pontos são selecionados em função da frequência de banhistas, da fisiografia da praia e dos riscos de poluição que possam existir. Desse modo, as praias que fazem parte da rede de monitoramento de balneabilidade possuem frequência elevada de banhistas, além da ocorrência de adensamento urbano próximo que represente possível fonte de poluição.

Levando-se em conta o crescente processo de urbanização do litoral paulista, os pontos de monitoramento devem ser revistos periodicamente. Essa revisão é feita a cada ano e, desde 1974, quando a rede foi implantada, o número de pontos vem crescendo em função da necessidade de se monitorar novos locais. A reavaliação da rede propicia, ainda, o levantamento de informações mais precisas quanto ao acesso e localização dos pontos de amostragem, incluindo a determinação de suas coordenadas geográficas para posteriores mapeamentos por Sistemas de Informações Geográficas.

Desde a década de 1970, a CETESB realiza o monitoramento da qualidade das praias paulistas, mantendo uma rede com 156 pontos de amostragem, distribuídos ao longo dos 428 km da costa paulista. Esse trabalho cobre 15 municípios litorâneos do estado de São Paulo.

A coleta ocorre todos os domingos, com amostras de água do mar em 156 pontos, ao longo de 137 praias, das 296 existentes no estado de São Paulo (são 292 de acordo com o mapeamento dos ecossistemas costeiros), totalizando aproximadamente 8.000 coletas. Essas amostras são enviadas aos laboratórios da CETESB, onde são realizadas as análises microbiológicas que determinam a densidade de bactérias fecais presentes na água.

Densidades de bactérias indicadoras de contaminação fecal acima dos critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 274/2000, que caracterizem a impropriedade da praia para recreação de contato primário, implicam em aumento no risco de contaminação do banhista. Dessa forma, há a possibilidade não apenas da transmissão de doenças de veiculação hídrica aos banhistas (gastroenterites, hepatite A, cólera, febre tifoide, entre outras), como também a ocorrência de organismos patogênicos oportunistas, responsáveis por dermatoses e outras doenças não afetas ao trato intestinal (conjuntivite, otite e doenças das vias respiratórias).

Município	Número Total de praias	Extensão de praias (km)	Extensão monitorada (km)	Pontos de Rede	Praias Monitoradas
Ubatuba	78	53	28	26	24
Caraguatatuba	20	29	28	15	13
Ilhabela	44	14	7,5	13	13
São Sebastião	42	33	33	29	27
Litoral Norte	184	129	96,5	83	77
Bertioga	7	36	30	9	4
Guarujá	20	19	13	11	7
Santos	6	6	5,5	7	6
São Vicente	6	6	4,5	6	6
Cubatão	0	0	0	1	1
Praia Grande	12	22	22	12	12
Mongaguá	6	13	12	6	6
Itanhaém	11	22	22	10	10
Peruíbe	18	39	16	6	3
Baixada Santista	86	163	125	68	55
Iguape	6	27	7,5	2	2
Ilha Comprida	7	64	7	3	3
Cananéia	13	45	0	0	0
Litoral Sul	26	136	14,5	5	5
Total	296	428	236	156	137

Quadro 2 - Número de praias monitoradas por município no estado de São Paulo em 2011.

Analisando as condições de balneabilidade das praias do Litoral Paulista por meio da distribuição das classificações anuais, em 2011, observa-se que 24% das praias foram enquadradas nas classificações anuais Ótima e Boa, isto é,

permaneceram próprias durante todo ano. A situação mais crítica indicada pela classificação Péssima, quando a praia permanece mais de 50% do ano imprópria, representou 14% do total, e pouco menos de 62% das praias estiveram impróprias em alguma ocasião no ano (classificações Regular e Ruim).

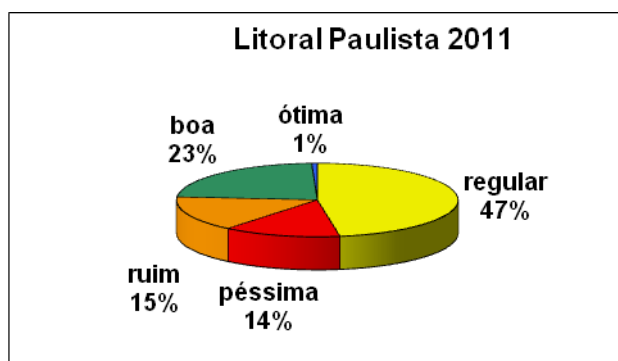


Gráfico 13 - Demonstrativo da balneabilidade das praias do Litoral Paulista em 2011.

e) Qualidade das águas costeiras

A rede de monitoramento das águas salinas e salobras, denominada Rede Costeira, foi criada em 2010 com a definição de 18 áreas no litoral cuja qualidade da água será monitorada continuamente com o objetivo de se fazer um diagnóstico e um acompanhamento dessa qualidade. Essas áreas foram definidas com base nos monitoramentos anteriores com inclusão de novos locais de importância ambiental e em função dos usos e atividades potencialmente poluidoras nessas regiões. No quadro 3, encontra-se a distribuição dessas áreas por município.

UGRHI	Município	Local	Justificativa	Pontos
3	Ubatuba	Picinguaba	Área de preservação ambiental	3
		Bala de Itaguá	Área de influência de ocupação urbana contínua, com predomínio de população fixa e atividades de comércio e serviços	3
		Saco da Ribeira	Existência de marinas	3
	Caraguatatuba	Tabatinga	Uso intenso da água por banhistas e para ancoragem de embarcações	3
		Cocanha	Área de maricultura	3
	São Sebastião	Barra do Una	Área de influência do Rio Una	3
	São Sebastião e Ilhabela	Canal de São Sebastião	Área portuária e efluentes de emissários submarinos	3
7	Bertioga	Foz do Rio Itaguapé	Área de influência do Rio Itaguapé; preservação ambiental	3
		Canal de Bertioga	Área de manguezal e de influência da região portuária de Santos	3
	Guarujá	Emissário submarino do Guarujá	Área de influência do emissário	3
	Santos e Guarujá	Canal de Santos	Área de influência da região portuária de Santos	3
	Santos	Bala de Santos	Área de mistura da água do mar com as águas salobras dos Canais de Santos e São Vicente; efluente de emissário submarino	3
	São Vicente	Canal de São Vicente	Área de manguezal e de influência de ocupação urbana desordenada	3
	Praia Grande	Emissário submarino Praia Grande I	Área de influência do emissário	3
	Itanhaém	Foz do Rio Itanhaém	Área de influência do Rio Itanhaém	3
	Peruíbe	Foz do Rio Preto	Área de influência do Rio Preto	3
11	Iguape e Ilha Comprida	Mar Pequeno	Área de influência do Valo Grande	3
	Cananéia	Mar de Cananéia	Área de preservação ambiental	3

Quadro 3 - Distribuição dos locais monitorados por município.

Para esse monitoramento foram selecionadas áreas que apresentassem impactos derivados do uso ou que requeressem certo nível de qualidade para algum uso específico, como: ocupação urbana com geração de esgoto doméstico, emissários submarinos, marinas, atividades portuárias, áreas de preservação e a maricultura e que pudessem ter alguma influência nas águas marinhas. Muitos dos locais escolhidos encontram-se na foz dos principais rios litorâneos, cujo objetivo é detectar alguma influência negativa da poluição desses rios na região costeira. As distâncias dos locais de amostragens variam de um a três quilômetros da costa, exceção feita aos emissários de Santos e do Guarujá, há aproximadamente 4 km da costa. Elas distribuem-se ao longo do litoral do estado de São Paulo, conforme mostrado nas figuras a seguir.



Figura 1 - Áreas do monitoramento da rede costeira no Litoral Norte.

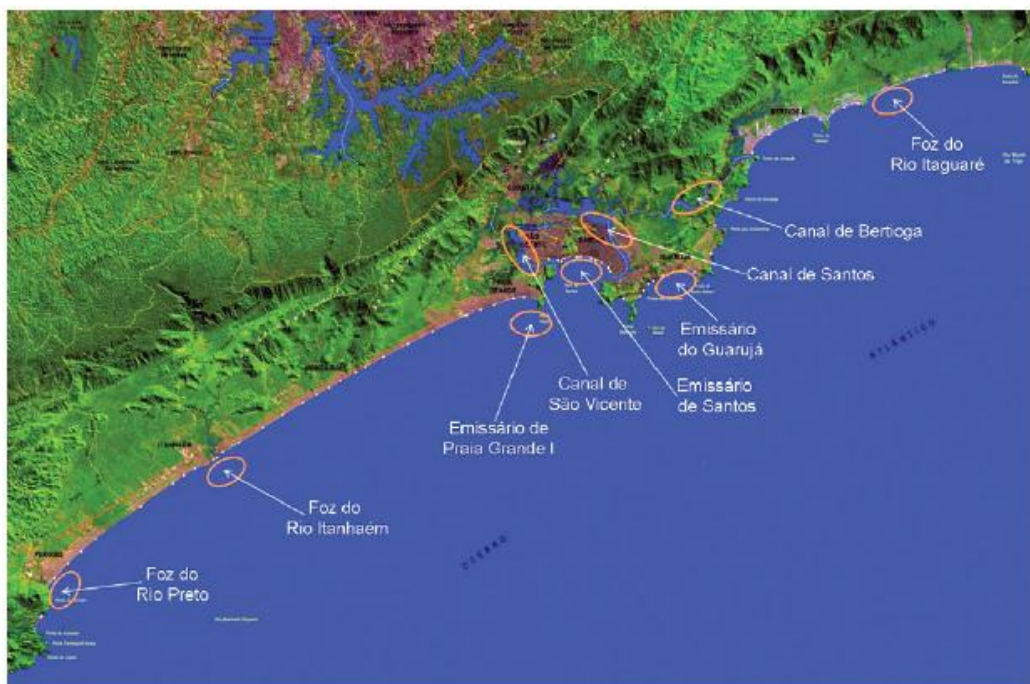


Figura 2 - Áreas do monitoramento da rede costeira na Baixada Santista.



Figura 3 - Áreas do monitoramento da rede costeira no Litoral Sul.

As áreas localizadas na região da Baixada Santista foram as que apresentaram maiores alterações na qualidade da água e do sedimento, principalmente as áreas estuarinas como Canal de Santos, São Vicente e Bertiooga que sofrem maiores pressões da ocupação antrópica.

f) **Avaliação da qualidade do solo e das águas subterrâneas**
Águas subterrâneas

A rede de monitoramento de qualidade tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Com início de operação em 1990, a rede passou de quatro pontos de amostragem a 228 pontos em 2011 (Gráfico 14). A qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo tem sido avaliada por meio da realização de amostragem semestral, principalmente de poços de abastecimento público distribuídos em sete aquíferos (Bauru, Serra Geral, Guarani, Tubarão, Pré-Cambriano, São Paulo e Taubaté).

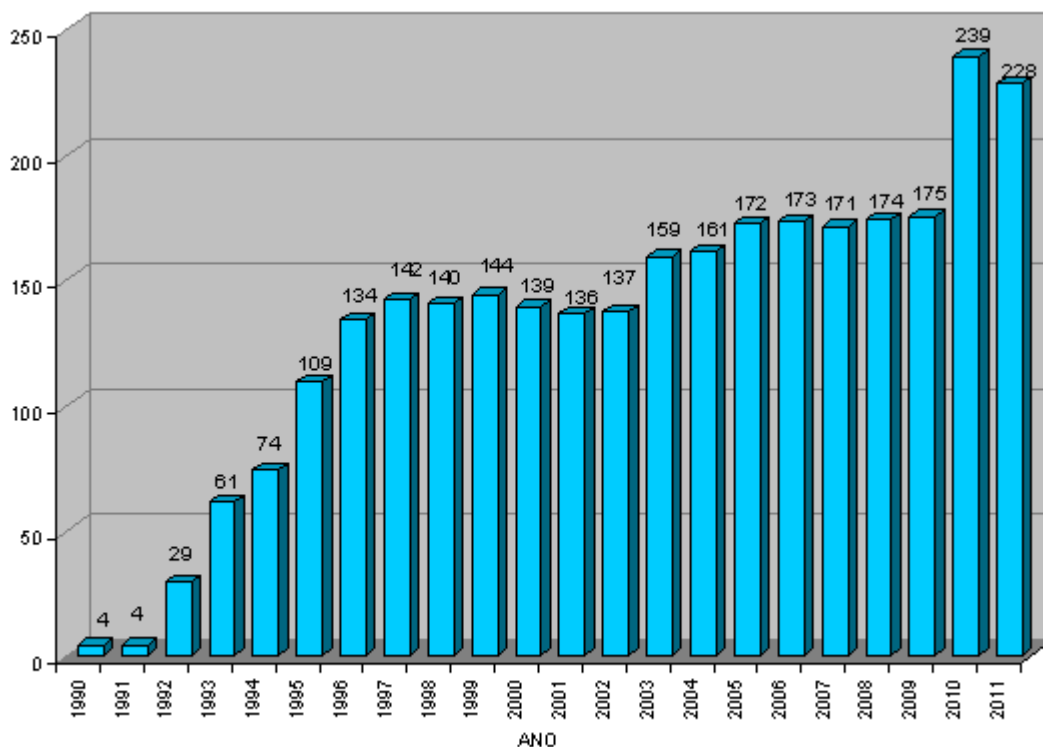


Gráfico 14 - Evolução do número de pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas.

Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas

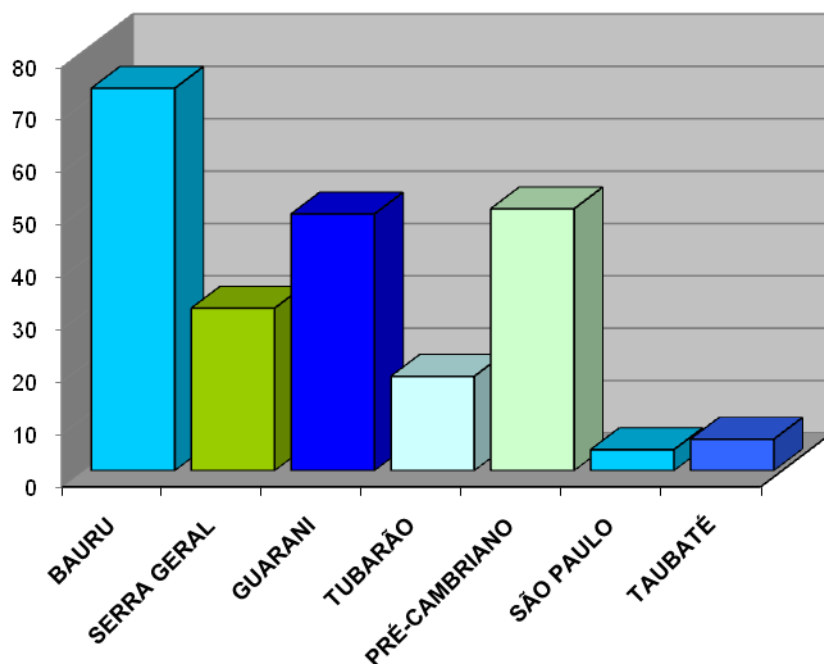


Gráfico 15 - Número de pontos de monitoramento por Sistema Aquífero - 2011.

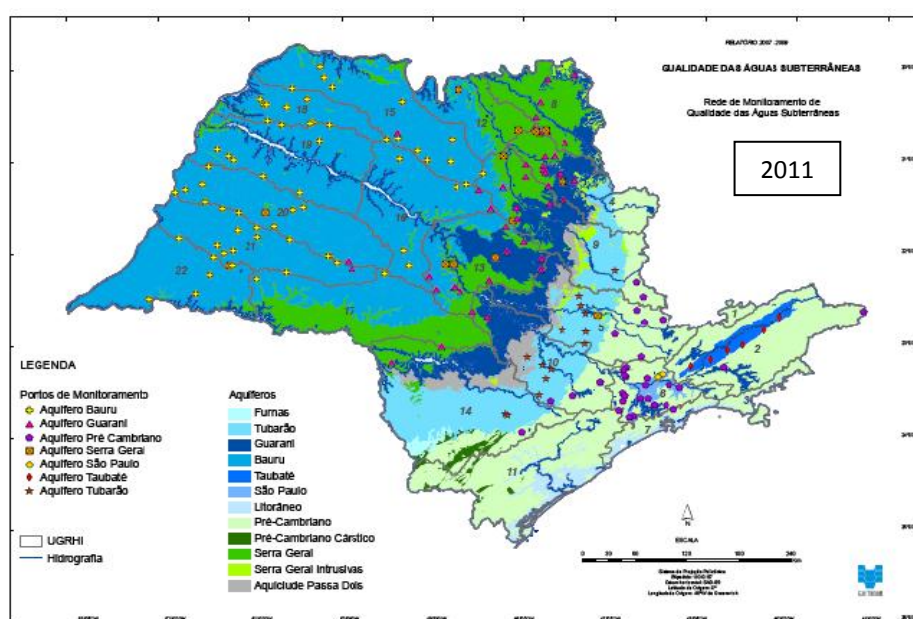


Figura 4 - Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas - 2011.

Indicadores

A Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas operada pela CETESB é constituída basicamente por poços utilizados por concessionárias ou departamentos municipais responsáveis pelo abastecimento público de água.

A potabilidade das águas subterrâneas brutas é um dos indicadores de qualidade e qualquer desconformidade representa a necessidade de tratamentos adicionais da água, além da cloração, antes de ser distribuída para consumo humano.

Em 2009, com o lançamento dos indicadores ambientais pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, foi instituído o Indicador de Potabilidade das Águas

Subterrâneas, que representa o percentual das amostras de águas subterrâneas em conformidade com os padrões de potabilidade e de aceitação ao consumo humano da Portaria do Ministério da Saúde nº 518/2004, vigente à época, considerando os parâmetros medidos nas duas campanhas semestrais da rede CETESB. O Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas foi calculado para as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHs, para os aquíferos e para o estado de São Paulo. O indicador foi dividido em três classes para orientar a avaliação da qualidade das águas: ruim (0 – 33%), regular (33,1 – 67%) e boa (67,1 – 100%).

Indicador de potabilidade das águas subterrâneas – IPAS, no período de 2001 a 2010

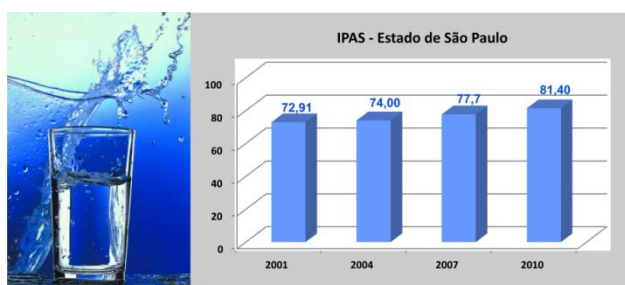


Figura 5 - Indicador de potabilidade das águas subterrâneas – IPAS.

Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas

A CETESB e o DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica vêm implantando uma Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas, com apoio de outras instituições no âmbito do Projeto Ambiental Estratégico – PAE Aquíferos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Com recursos financeiros do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo foram construídos 22 poços de monitoramento com profundidade média de 40 metros, dedicados ao monitoramento dos aquíferos livres.

Os objetivos dessa rede são os mesmos da Rede de Monitoramento de Qualidade somados aos de caracterizar o nível de água natural (piezometria) das águas subterrâneas dos corpos hídricos subterrâneos prioritários por bacias hidrográficas, identificar áreas com superexploração e subsidiar a formulação de ações de gestão da quantidade do recurso hídrico subterrâneo.

O DAEE é responsável pela amostragem do nível de água, que é realizada diariamente.

A figura abaixo demonstra a distribuição dos poços de monitoramento da Rede Integrada no Estado de São Paulo.

Distribuição dos poços de monitoramento da Rede Integrada no Estado de São Paulo

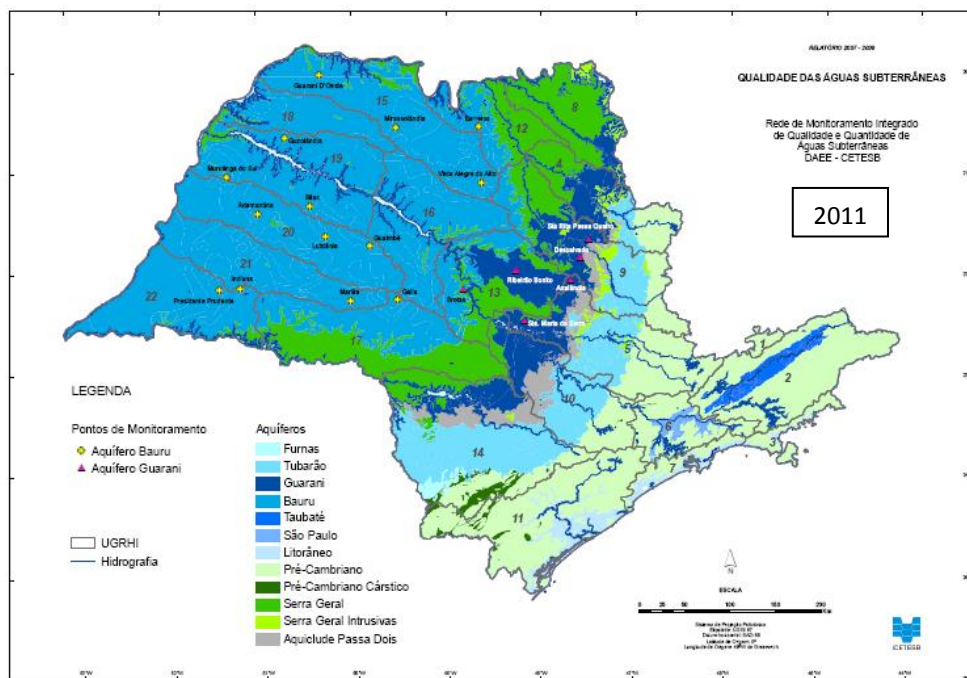


Figura 6 - Distribuição dos poços de monitoramento da Rede Integrada no Estado de São Paulo.

g) Solos

A qualidade dos solos tem sido avaliada por projetos de detalhamento da condição de qualidade do solo em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Atualmente está em desenvolvimento o projeto da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - UGRHI 5, no qual já foram amostrados 90 pontos, com a realização de análises de mais de 80 parâmetros inorgânicos, orgânicos e de fertilidade em cada amostra. **As informações da qualidade do solo em 2011 ainda não estão disponíveis.**

h) Resíduos Sólidos Domiciliares

As ações de controle exercidas pela CETESB, ao lado das iniciativas desencadeadas pelos projetos Lixo Mínimo e Município Verde Azul, possibilitaram a redução do número de aterros inadequados no estado, passando de 143 no início de 2007 para 37 no final de 2010. Os dados completos sobre esse trabalho estão disponíveis no *site* da CETESB, junto com o inventário de resíduos domiciliares de 2010. Destaca-se que esse resultado se deve não somente às ações de controle, mas também às ações de capacitação dos gestores municipais para melhor operação dos aterros sanitários, atividade que compreendeu todos os municípios do estado. **As informações do inventário de resíduos domiciliares de 2011 ainda não estão disponíveis.**

i) Áreas Contaminadas

De acordo com os dados disponíveis do inventário de áreas contaminadas no estado de São Paulo, foram identificadas, até dezembro 2010, 3.675 áreas registradas, das quais 163 encontram-se reabilitadas, 742 em processo de monitoramento para reabilitação, 1.674 contaminadas e 1.096 contaminadas sob investigação. Dentre essas áreas, 10 foram consideradas críticas, passando a ter um processo de gestão diferenciado pela CETESB.

A cooperação técnica com outros órgãos do estado de São Paulo, com municípios, com órgãos ambientais de outros estados e com outros países em assuntos relacionados ao gerenciamento de áreas contaminadas é outra atividade que merece ser apontada.

A organização e utilização do cadastro de áreas contaminadas têm como objetivo principal proporcionar às partes interessadas a disponibilização das informações geradas durante a execução das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas, de forma resumida e ordenada, possibilitando o pronto acesso às mesmas e subsidiando as tomadas de decisão de forma objetiva. O cadastro de áreas contaminadas está disponível no *site* da CETESB. **As informações de 2011 ainda não estão disponíveis.**

5. Suporte Técnico e Administrativo às Atividades da Companhia

a) Desenvolvimento e capacitação profissional

Objetivando potencializar sua capacidade de atuação e a atualização de seu quadro de pessoal, foram oferecidas 2.948 oportunidades de capacitação, na sede da empresa e no interior, por meio de cursos organizados pela CETESB em diversas modalidades: cursos de curta duração, cursos rápidos após o expediente, oficinas de trabalho, visitas a campo e cursos de informática.

Os empregados também participaram de cursos externos, congressos, seminários e outros eventos, nacionais e internacionais. Houve participação de 36 empregados em programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

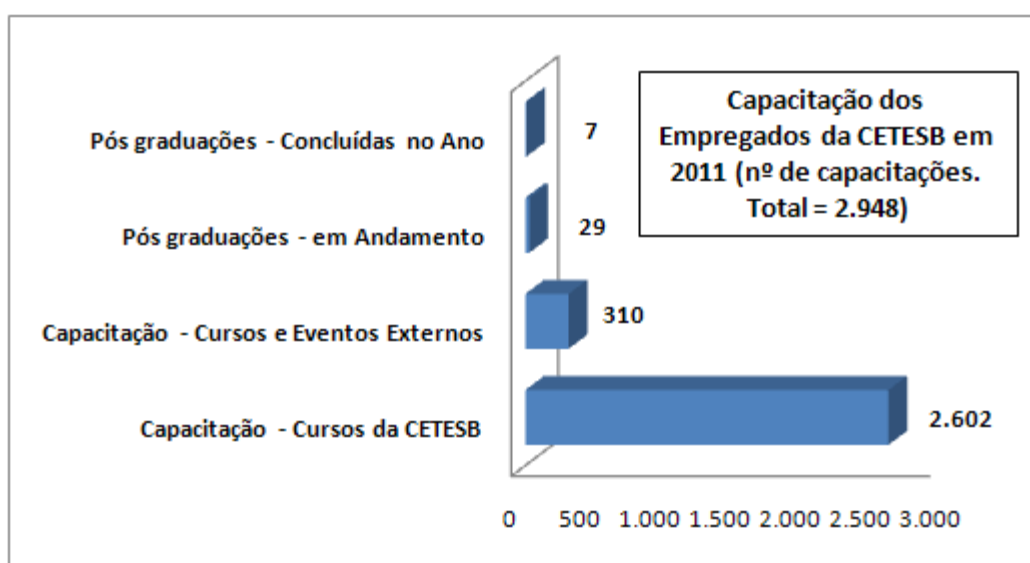


Gráfico 16 - Capacitação dos empregados da CETESB em 2011.

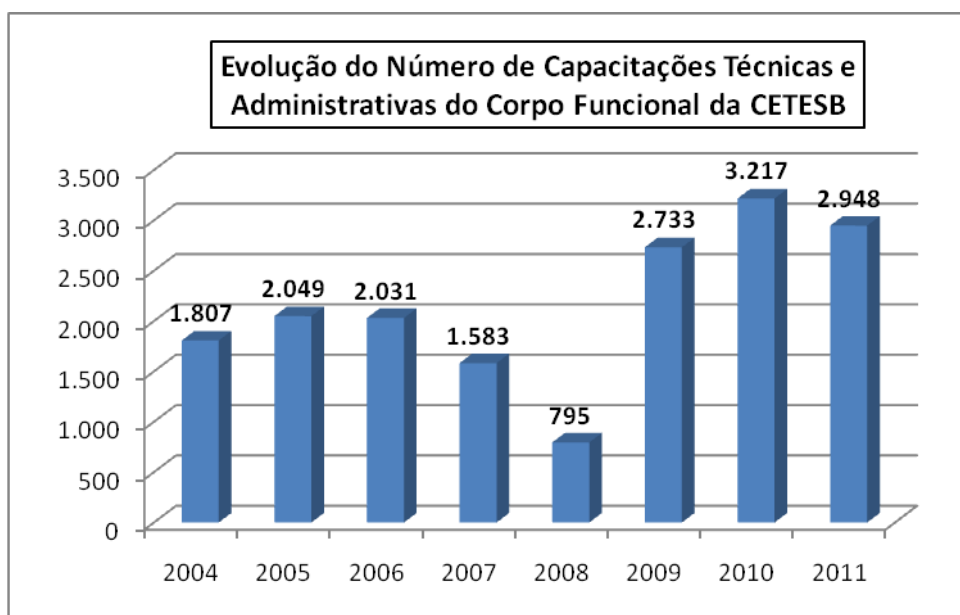


Gráfico 17 - Evolução do número de capacitações técnicas e administrativas do corpo funcional da CETESB.

b) Desenvolvimento e gestão da qualidade

O Programa de Controle de Qualidade Analítica gerou cerca 85.000 análises laboratoriais e 3.200 ensaios de campo, sendo de suma importância para o processo contínuo de acreditação dos ensaios laboratoriais e de campo junto ao INMETRO pela ISO IEC 17025. Em 2011, os laboratórios atingiram a marca de 729 ensaios acreditados demonstrando a preocupação da equipe técnica com a qualidade dos resultados gerados nos laboratórios. A ampliação do escopo de acreditação neste ano incluiu ensaios de ponta como análises de dioxinas e furanos e de enterovírus em amostras ambientais.

c) Cooperação técnico-científica nacional e internacional

Em continuidade às suas ações e seguindo a tendência global, a CETESB incentiva a Cooperação Internacional a fim de possibilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a captação de recursos para projetos ambientais e a integração com parceiros que trabalham pela qualidade de vida no planeta com o objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 2011, manteve projetos de cooperação internacional com as seguintes instituições:

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA; Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos – TDA; Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos – EPA; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Dentre os vários projetos em desenvolvimento, vale ressaltar:

- Banco Mundial – BIRD: Estudo de Caso de Baixo Carbono no Brasil.
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA: Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Região do Caribe sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

- Apoio à Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD) e à Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados.
- Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido do Projeto Apoio à Política Climática do Estado de São Paulo.
- Protocolo de Intenções com UNESP - Universidade Estadual Paulista, USP - Universidade de São Paulo, UW - University of Waterloo, UofGUELPH - University of Guelph e ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, para fortalecimento e avanço da educação científica e tecnológica, com ênfase nas áreas relacionadas à hidrologia, qualidade de solo e águas subterrâneas, à avaliação e remediação de locais contaminados, à gestão e regulamentação de áreas contaminadas.
- Protocolo de Intenções com o Centro de Estudos em Sustentabilidade - GVces da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV-EAESP para modelagem do processo do Registro Público de Emissões nos termos da Política Estadual de Mudanças Climáticas.
- Memorando de Entendimento com o Centro Regional da Convenção de Estocolmo - Laboratório Tecnológico do Uruguai - LATU para implementação do Plano de Monitoramento Global de POP's - Poluentes Orgânicos Persistentes para a América Latina e Caribe nas matrizes de ar, leite materno e sangue humano para os países da Região.
- Acordo de Cooperação com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos - USTDA para definição de cargas e vazões específicas para atividades industriais no estado de São Paulo, associadas a programas de Produção Mais Limpa.
- Termo de Cooperação com a JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão para atividades diversas, com destaque para o Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP.
- Assistência Técnica do Banco Mundial para o Sistema de Informações para a Unificação do Licenciamento Ambiental.

d) Recursos Humanos

Implantação de melhorias no Plano de Carreira, aprovada pela Comissão de Política Salarial – CPS em 22/03/2011; pleito de reestruturação do Quadro de Pessoal aprovado pelo Sr. Governador em 25 de abril de 2011, que fixou o Quadro de Pessoal em 2.212 posições, das quais 61 de livre provimento e 2.151 permanentes, com vistas a adequá-lo para atendimento do grande passivo de serviços de fiscalização e licenciamento ambiental, recebidos e ampliados com o início da vigência da Lei nº 13.542/09; manutenção do Programa de Integração de Novos Empregados; manutenção do Programa de Estágio Curricular destinado a alunos de Nível Técnico, Graduação, Pós-Graduação e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo; manutenção do Programa Aprendiz destinado a alunos de Nível Médio; manutenção do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que visa estabelecer as ações no sentido de implementar as soluções necessárias aos problemas identificados no gerenciamento dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes no ambiente laboral; e implantação do Programa 4.0, destinados a todos os empregados da CETESB e que visa preparar, de maneira geral e em particular os que estão em fase de pré-aposentadoria ou aposentadoria, para a vida pós-período laborativo na empresa.

e) **Gestão Financeira**

Conforme pode ser constatado no Gráfico 18, ao longo dos 17 anos do período de 1995 a 2011, o orçamento financeiro da CETESB, analisado em termos de valor presente, permaneceu, praticamente estagnado e com linha de tendência indicando pequena redução.

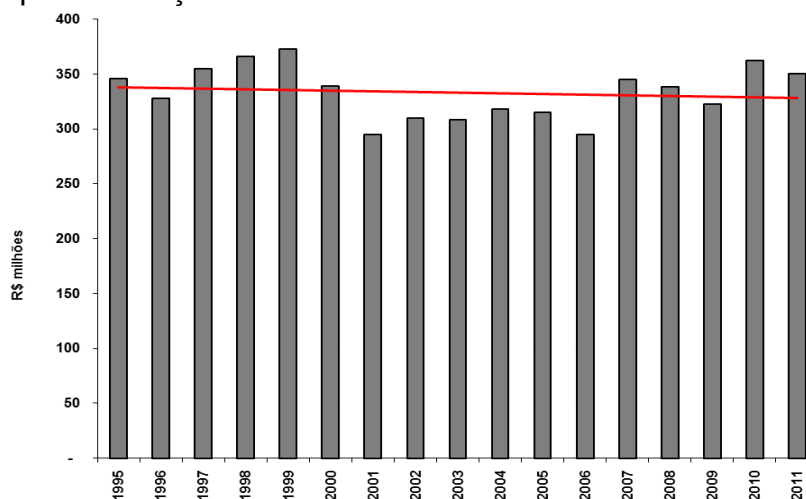


Gráfico 18 – Orçamento da CETESB (valores atualizados para Dez/11 pelo IPC-Fipe – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Esta evolução decorre da política praticada, onde os aportes de recursos efetuados pelo Tesouro foram sendo reduzidos gradativamente e os ingressos de recursos próprios, foram suficientes apenas para compensar os que foram retirados do Tesouro, impedindo, desta forma, que os montantes anuais fossem aumentados.

Consoante já ressaltado no início deste relatório, a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado e em função desta especificidade, não tem capacidade de gerar os recursos próprios que seriam necessários para reverter esta evolução.

Nestas condições, onde a CETESB é e continuará sendo empresa dependente do Estado, qualquer alteração do quadro da empresa dependerá do incremento do aporte de recursos financeiros pelo Tesouro, posto que, a capacidade de arrecadação da Companhia é limitada e se encontra praticamente no limite.

Composição dos desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, registraram um pequeno aumento no ano de 2011, principalmente, como consequência do aumento de seu quadro de pessoal (necessário para atender o Licenciamento Ambiental Unificado), associado com os reajustes salariais anuais concedidos e do custo adicional resultante da manutenção do Plano de Carreira, que foi implantado em 2009.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo, a partir de 2009 foi interrompida com a implantação do projeto

Licenciamento Ambiental Unificado, que ampliou de 35 para 56 Agências Ambientais (no final de 2011, reduziu-se o número de agências para 51).

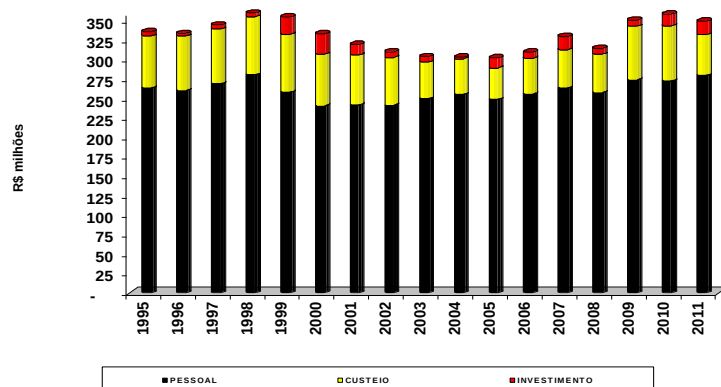


Gráfico 19 - Despesas de custeio (valores atualizados para dez/11 pelo IPC-Fipe).

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável do estado de São Paulo.